

UM PROBLEMA COTIDIANO

Jornalismo e violência
contra a mulher no Brasil

Bruno Souza Leal
Carlos Alberto de Carvalho
Elton Antunes
(Organizadores)



UM PROBLEMA COTIDIANO

Jornalismo e violência
contra a mulher no Brasil

Bruno Souza Leal

Carlos Alberto de Carvalho

Elton Antunes

(Organizadores)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques
Sub-Coordenador: Eduardo de Jesus

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Nísio Teixeira

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 Um problema cotidiano [recurso eletrônico]: jornalismo e violência contra mulher no Brasil / Bruno Souza Leal, Carlos Alberto de Carvalho, Elton Antunes. – Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-54944-38-4

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Mulheres – Condições Sociais – Brasil. I. Leal, Bruno Souza, 1968-. II. Carvalho, Carlos Alberto de, 1966-. III. Antunes, Elton, 1966-.

CDD 305.420981

Elaborado por Maurício Armormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2020.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO

Lucas Henrique Nigri Veloso

| Sumário

APRESENTAÇÃO	9
AGRADECIMENTOS	13
CAPÍTULO 1	17
Narrativas de um problema cotidiano - o testemunho jornalístico da violência de gênero sob diferentes perspectivas	
Bruno Souza Leal	
Carlos Alberto de Carvalho	
Elton Antunes	
CAPÍTULO 2	45
Cobertura jornalística da violência de gênero – aproximações a uma realidade complexa	
Bruno Souza Leal	
Carlos Alberto de Carvalho	
Elton Antunes	
CAPÍTULO 3	65
A violência de gênero nas páginas de dois jornais impressos mineiros	
Bárbara Caldeira	
Igor Lage	
José Henrique Pires Azevêdo	
Rafael José Azevedo	
CAPÍTULO 4	81
Desdobramentos da violência de gênero sobre o texto televisivo: um estudo de três telejornais	
Gabriela Filippo	
Felipe Borges	
José Tarcísio Oliveira Filho	
CAPÍTULO 5	101
Jornal da Itatiaia: violência contra mulher em fragmentos cotidianos	
Helena Antunes	
Atos Barbosa	
Bruno Souza Leal	

CAPÍTULO 6	117
Violência contra mulher em portais de notícias: (des)continuidades narrativas na cobertura jornalística	
Dalila Coelho	
Isabelle Chagas	
Patricia Prates	
Carlos Alberto de Carvalho	
CAPÍTULO 7	139
Jornalistas e suas percepções sobre a cobertura da violência de gênero	
Verônica Soares da Costa	
Phellipy Jácome	
CAPÍTULO 8	159
Narrativas de homens autores de violência contra mulheres: pistas para compreensão de um fenômeno mais amplo	
Isabelle Chagas	
Felipe Viero K.M. Mendonça	
José Henrique Pires Azevêdo	
CAPÍTULO 9	179
Entrevistas com mulheres vítimas de violência	
Bárbara Caldeira	
Juliana Soares	
CAPÍTULO 10	201
Desafios metodológicos à pesquisa sobre gênero e Comunicação: reflexões a partir de narrativas de um problema cotidiano	
Bruno Souza Leal	
Carlos Alberto de Carvalho	
Elton Antunes	
GLOSSÁRIO	217
SOBRE OS AUTORES	223

CAPÍTULO 7

Jornalistas e suas percepções sobre a cobertura da violência de gênero

VERÔNICA SOARES DA COSTA

PHELLIPY JÁCOME

Introdução

Uma das principais preocupações da pesquisa “Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico” foi compreender como os diferentes agentes envolvidos neste campo problemático percebem suas próprias formas de atuação e como refletem acerca das implicações ideológicas, culturais e políticas desta questão pública. Assim, além das mulheres vítimas de violência e dos homens agressores, entende-se que jornalistas, como produtoras e produtores de narrativas sobre essas violências, são promotoras e promotores decisivos tanto de processos de visibilidade/invisibilidade quanto de enfrentamento/silenciamento deste problema social. Consequentemente, constituem uma parte importante desta comunidade interpretativa (ZELIZER, 2000; LEAL, JÁCOME, 2013), na qual são disputados valores, estratégias, perspectivas e modos de abordagem. Assim, não entendemos as narrativas jornalísticas como uma forma discursiva neutra, mas, ao

contrário, as encaramos como textualidades complexas “que supõem determinadas opções ontológicas e epistemológicas com implicações ideológicas e, inclusive, especificamente políticas” (WHITE, 2001, p. 10, tradução nossa).

Em pesquisa sobre modos de produção das notícias, Veiga (2014) trata de compreender como as mídias informativas estão atravessadas por questões de gênero e de poder que favorecem a atribuição de determinados significados (e não outros) aos acontecimentos sociais. Isso, como podemos perceber em outros capítulos deste livro, acaba delimitando certos lugares que reiteram as violências sofridas/praticadas. Deste modo, entende Veiga (2014, p. 51), é fundamental inquirir de que formas o jornalismo, marcado por padrões heteronormativos e masculinos, acaba contribuindo para a reprodução de valores, de representações hegemônicas e de visões de mundo predominantemente masculinas.

É com base nessa premissa que, durante o segundo semestre de 2014, foram realizadas entrevistas com oito jornalistas – três mulheres e cinco homens–, que trabalhavam nas mídias informativas que compõem nosso *corpus* de análise (portais: *G1*, *Uol* e *Uai*; impressos: *Estado de Minas* e *SuperNotícia*; televisivos: *Globo* e *Record*; e rádio *Itatiaia*). A intenção deste estudo de percepção era verificar, entre outros aspectos, como tais profissionais entendem relações causais, atribuições de responsabilidade, papéis das vítimas e dos Homens Autores de Violência (HAV) de gênero, além das próprias rotinas produtivas na prospecção, apuração e produção de notícias sobre a temática.

Menos do que um corte representativo ou uma pesquisa etnográfica exaustiva, as entrevistas funcionam como uma primeira aproximação à forma como jornalistas entendem a violência contra a mulher. Por isso, nem todas as pessoas entrevistadas fizeram parte, como autoras ou autores de reportagens ou equipe da cobertura, do material coletado durante a pesquisa. Além disso, não falavam em nome das mídias informativas em que trabalham, mas, sim, de maneira particular, com impressões pessoais dos temas tratados. Assim, seus relatos não devem ser analisados sob um olhar totalizante, mas como exemplos dos modos de formatação da violência contra a mulher que atravessam as práticas e

as narrativas jornalísticas ou o viés editorial específico de uma ou outra mídia. Também por isso, suas relações com as mídias não foram identificadas.

Uma escolha metodológica que se mostrou acertada ao longo das entrevistas foi o fato de as conversas terem sido planejadas para serem conduzidas por estudantes de graduação ou recém-formadas/os¹⁸, de modo que jornalistas parecem ter adotado um tom mais didático nas conversas. A estratégia era desmontar atitudes demasiado cautelosas, evitando respostas muito institucionais ou generalizantes. Como veremos a seguir, isto propiciou um diálogo aparentemente menos constrangido e mais aberto. Por vezes, tiveram a nítida intenção de demonstrar às e aos estudantes o que seria o “verdadeiro jornalismo de chão de fábrica”, diferente “daquele ensinado na faculdade”, revelando aspectos sutis em suas falas (e importantes para a pesquisa) que, quiçá, numa entrevista com pesquisadoras e pesquisadores de maior trajetória, tenderiam a ser evitados. Tomado como um bate-papo, o estudo de percepção conduzido desta maneira fez com que o grupo de jornalistas se sentisse não como um objeto de pesquisa, mas como pessoas que, de alguma forma, poderiam contribuir para a formação de discentes. Este fator foi decisivo no desvelamento de alguns posicionamentos político-ideológicos e das formas (ora contraditórias, ora repetitivas) como jornalistas encaram a violência de gênero e se vislumbram (ou não) como parte desse processo.

O roteiro de entrevistas semi-estruturadas foi pensando em conjunto pelo grupo de pesquisa e pautado pelo desejo de compreender como as e os profissionais pensavam: 1) o funcionamento da cultura organizacional, isto é, posições hierárquicas nas redações, principais formas de prospecção dos acontecimentos, quem são as fontes preferenciais, quais são critérios atribuídos para a noticiabilidade e de destaque no interior das mídias, quais desafios enfrentados nas apurações in loco, como percebem a problemática de gênero no próprio local de trabalho; 2) a atuação delas, deles e das mídias onde trabalham, isto é, por um

18 As entrevistas foram conduzidas por: Thaianne Bueno, Beatriz Lobato, Pedro Lucchesi Loures, Carolina Marques, Lívia Campolina Araújo, Ariane Silva, Nina Rocha, Gabriel Martins e Felipe Borges.

lado, como uma identidade atribuída a esses sujeitos semióticos é tomada na seleção dos acontecimentos e produção das notícias e de que formas certos conceitos normativos de jornalismo são convocados para justificar determinadas atitudes; por outro, como as próprias e os próprios profissionais lidam pessoalmente com esses casos cotidianos de violência, tendo em vista uma certa economia dos afetos, e de que maneiras pensam a relação envolvimento/distanciamento com essas realidades violentas; 3) a violência contra a mulher, a noção de feminicídio e as propostas da Lei Maria da Penha.

Apesar do roteiro comum, as entrevistas foram muito variadas em suas extensões e condições de efetivação, que dependiam da disponibilidade de tempo e da performance/interesse das pessoas entrevistadas. Num primeiro momento, optou-se por realizar entrevistas presenciais, tendo a cidade de Belo Horizonte como ponto principal. Mesmo esses locais foram bem heterogêneos: houve jornalistas que preferiram que a conversa ocorresse em suas próprias casas, houve quem optasse pelo ambiente de trabalho. Tendo em vista a desistência de profissionais e a dificuldade de remarcação, algumas entrevistas também ocorreram por telefone (o que permitiu que repórteres de outras cidades pudessem ser ouvidas/os). Todas as conversas foram gravadas e transcritas para análise ulterior.

Conforme já mencionado e assim como foi feito em trabalhos anteriores frutos desta mesma pesquisa (LOPES, PRATA, 2017), também neste texto optamos pela preservação das identidades de jornalistas homens e mulheres participantes, motivo pelo qual as pessoas serão identificadas pela marcação anônima que apenas caracteriza o gênero com o qual ela ou ele se identifica: Jornalista Mulher 1, Jornalista Homem 1, e assim por diante. Como nosso objetivo é entender de forma transversal a percepção sobre as problemáticas da violência de gênero, acreditamos que as respostas superam, em parte, a relevância de suas identidades individuais, demonstrando nuances mais gerais (ainda que, por vezes, contraditórias) sobre o exercício jornalístico e os modos de produzir conteúdo sobre crimes violentos e machistas.

Para fins de organização da análise, partimos do roteiro das entrevistas para destacar aspectos que emergem com mais frequência ou intensidade nas falas de jornalistas homens e mulheres. De forma mais

detalhada, buscamos a compreensão de como é feita a prospecção da pauta; a percepção das vítimas e as formas de abordagem durante a apuração; a percepção dos HAV; a percepção do contexto de violência; o tratamento dos casos na redação; a insensibilidade reorganizada como objetividade jornalística; e a não percepção do feminicídio (tomados como problemas localizados ou casos individuais sem conexão) ou do machismo estrutural como configuradores das narrativas jornalísticas.

De onde surgem as notícias? Jornalistas e as fontes de informação

Um fator que se destaca em todas as entrevistas é a centralidade da instituição Polícia Militar no surgimento das pautas e no desenrolar da apuração das notícias sobre violência contra a mulher. A PM é caracterizada não apenas como fonte principal dos acontecimentos, mas também como ‘parceira’, como nas palavras do Jornalista Homem 1. De fato, a instituição policial possui um sistema chamado “Sala de Imprensa”, em que jornalistas cadastradas/os têm acesso a uma lista atualizada das ocorrências atendidas pela corporação. Este banco de dados foi citado recorrentemente como fonte primária:

A gente tem uma assessoria de imprensa da Polícia Militar que coloca na internet os... as ocorrências que são chamadas de destaque dentro da PM e pra eles tem um certo impacto maior do que o normal. É um homicídio, é o tráfico de drogas com muita coisa, é uma tentativa de homicídio, lesão corporal, estupro, etc. Então a gente tem um grande parceiro que é a PM, que passa muita informação pra gente e tem os parceiros informais também, que também são PM, ou então policial civil, ou então um guarda municipal, e por aí vai. (JORNALISTA HOMEM 1)

Existe uma... deixa eu mostrar aqui.. uma sala da Polícia Militar, chama sala de imprensa da Polícia Militar. É... que tem todas as notícias da madrugada... e tal, do que acontece. (...) Aí esse repórter do Portal começa a apurar todas as ocorrências que foram lançadas da PM. E aí, o que que é apurado, por que eles só colocam umas chamadas. Por exemplo assim: é... estupro em Nova Lima. Você não tem detalhe nenhum, então você liga para você saber o que é aquela ocorrência, entendeu? (JORNALISTA MULHER 2)

Consequentemente, segundo a maioria das e dos repórteres, a filtragem e a sistematização feitas por órgãos policiais prevalecem como o ponto de partida da apuração dos casos: “a gente fica ligando o tempo todo, fazendo a famosa ronda, ronda é: você ligar pra todos os setores do, do que tá acontecendo, polícia, militar, polícia civil, é, polícia federal, é... os aeroportos, o... o... bombeiros, tudo. tudo, tudo, tudo” (JORNALISTA HOMEM 3).

Apesar de ter o mesmo diagnóstico, a Jornalista Mulher 1 demonstra na conversa um claro incômodo com o fato de a polícia ser a principal fonte de informação sobre crimes violentos: “Continua, infelizmente, sendo a polícia sim” e afirma que, sobretudo em datas específicas, como o Dia Internacional da Mulher, ela tenta “sempre” sugerir o tema da violência contra mulheres.

Nas entrevistas, também são citadas pautas que chegam à redação em função de denúncias feitas por pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a ocorrência (seja um familiar, um vizinho ou alguém próximo e conhecido da vítima), ou até mesmo a própria vítima. Chama a atenção a fala da Jornalista Mulher 1 sobre a escolha das pautas de violência contra a mulher que serão abordadas pela mídia, encarada como um processo naturalizado, em que “a notícia que se impõe” se for “uma pauta boa” (“boa”, no sentido de ser uma pauta que vai repercutir midiaticamente. Não parece haver, na fala da jornalista, uma reflexão mais profunda acerca da própria violência) e, se não entra em uma edição por questão de espaço ou tempo, certamente aparecerá numa edição subsequente:

Ah, a notícia quase que se impõe né? Por si própria. É difícil passar batido assim. É, é difícil a gente não perceber uma notinha sair ali no canto de página. Eu acho que vai ganhar o espaço que ele merece assim, se for uma notícia boa. Se tiver passado batido num dia, no outro dia certamente vai virar uma manchete. Mas isso é muito raro de acontecer. (JORNALISTA MULHER 1)

No que tange à relação entre jornalistas e fontes, principalmente aquelas pessoas diretamente envolvidas nos casos de violência, o Jornalista Homem 1 reconhece que a atuação de repórteres pode se configurar como uma invasão de privacidade:

No fim das contas, a reportagem policial, essa cobertura da violência, ela invade a intimidade de quem tá dentro dela, ela invade a intimidade da vítima, ela invade a intimidade do preso, invade a intimidade dos familiares desses que tão envolvidos e tal. Então é sempre um lance meio que pisando em gelo fino, entendeu? (JORNALISTA HOMEM 1)

No entanto, essa invasão de privacidade não é impeditiva da construção do relato. Ao contrário, o Jornalista Homem 1 reforça que cabe à e ao jornalista contar a história, sem que haja envolvimento emocional ou moral na construção do fato:

Mas, é aquele lance, repórter quanto menos se envolver com a ocorrência melhor, tem que reportar, tem que ouvir os lados, tem que contar a história. Jornalista conta história, vocês sabem disso, então é... quanto mais puder contar, mais ouvir e menos se envolver, eu acho que esse é o caminho certo pra quem tá nesse tipo de cobertura. Senão o cara fica doido, sô. Leva pra casa muita merda, bixo. (JORNALISTA HOMEM 1)

A necessidade de ‘ouvir os dois lados’ é uma preocupação que aparece também em outras falas, alinhadas com questões como a imparcialidade, característica tomada, na visão de jornalistas homens e mulheres, como fundamental ao bom jornalismo. Mas, para o Jornalista Homem 1, há outro fator que interfere na relação entre jornalista e fonte: o fato de serem homens ou mulheres abordando agressores ou vítimas, segundo ele, traz “diferença no *approach*, na abordagem do repórter com o preso”, e segue, revelando aspectos misóginos:

Por exemplo, uma batalha minha é justamente isso, eu não sou mulher, felizmente. É... Porque o preso tem mais facilidade pra conversar com mulher. Cair na lábria da mulher. Entendeu? O preso ele fica seduzido pela voz feminina, pelo porte, etc e tal. Isso sempre foi assim. [...]. Então, assim, pra gente que é homem a gente não vai seduzir ninguém, não que as repórteres também não seduzam. Elas não fazem isso, mas tem aquela questão natural do sexo oposto e que isso com um bandido marginal, que vai pra cadeia ficar cheia de homem, ainda é um tipo de alento dentro daquela situação que ele tá. Então na questão da abordagem faz diferença sim. [...] (JORNALISTA HOMEM 1)

Nota-se que, mesmo em se tratando da cobertura de crime contra a mulher, o repórter reproduz, sem maiores considerações, estereótipos sobre a sedução feminina (“cair na lábia”) como uma questão “natural” e não constitutivos de relações machistas e desiguais. Neste sentido, não faz problemas em sua fala o fato de que o “bandido marginal” tenha “facilidade” para conversar com a mulher, mas só porque ele “fica seduzido pela voz feminina, pelo porte”. Há, desse modo, uma violência fundante da relação entre fonte e jornalista mulher que o Jornalista Homem 1 considera, na realidade, um “trunfo”. Este mesmo machismo estrutural pode ser percebido também na contradição do suposto “poder da mulher” como objeto de sedução nas entrevistas e seu lugar “marginal” na dinâmica da redação.

Percepções sobre Homens Autores de Violência e vítimas: o efeito da culpabilização

Uma característica importante que pode ser destacada em quase todas as entrevistas, é a utilização estratégica de termos como “neutralidade”, “imparcialidade” e a ideia de “ouvir os dois lados” de uma querela. Ora esses vocábulos e seus correlatos são utilizados para demarcar a separação do ambiente profissional do pessoal, ora para relativizar a condição de vítima das mulheres agredidas, ora para preservar os HAV. Por isso, dizem também de uma percepção da misoginia que busca diminuir o valor da palavra, do corpo e da vida das mulheres.

O Jornalista Homem 5, por exemplo, verbaliza: “sempre tem que ouvir a outra parte, né. Porque nunca se sabe. Isso é um negócio muito violento, muito triste. Mas, tem que preservar, pensar nos filhos, né. Tem que ter muito cuidado na apuração” (JORNALISTA HOMEM 5). Ele afirma que seria muita ingenuidade acreditar em só uma versão da história, mas dá a entender que essa versão única só não é válida quando é a versão da mulher:

Já aconteceu caso, eu lembro bem disso, de uma repórter que chegou lá... um caso que a polícia tinha passado - de violência contra uma mulher - e quando chegou lá ela falou que era mentira, que tava tudo bem. E os policiais ficaram lá até com cara

de tacho. Talvez ela querendo livrar a cara do companheiro. Ela pegou e falou que não, que tava tudo bem. Eu tava na redação, e a repórter me ligou falando “olha, não aconteceu nada disso”. Quer dizer, a polícia tava falando que aconteceu esse fato de agressão, e aí não era nada. Então, é muito importante pra você não colocar aí no jornal nome de pessoas inocentes, né. Você tem que checar muito isso, com a polícia. Ver a ocorrência policial como é que é, né. (JORNALISTA HOMEM 5)

Podemos perceber em sua fala que, apesar de constatada a violência pela instituição policial, o fato de a mulher estar “querendo livrar a cara do companheiro” seria motivo suficiente para concluir que “não era nada” ou ainda, em uma instância generalizante, que se tratava de um homem “inocente”. Ou seja, tomadas como casos individuais ou mesmo privados, essas violências e suas causas estruturais e consequências (físicas e psicológicas para as mulheres) parecem não gerar outras pautas e coberturas que não aquelas factuais, em que o caso singular se esgotaria nele mesmo. Por exemplo, não é feita uma pergunta básica relativa à situação relatada: estaria a mulher sendo física e psicologicamente coagida pelo companheiro para negar a acusação?

Em termos da cobertura, como vimos, o Jornalista Homem 1 sustenta que o gênero influencia a maneira como jornalistas homens ou mulheres relatam os crimes violentos. Segundo sua percepção, em casos de estupro, por exemplo, a repórter mulher seria “mais cruel com o esturador”, enquanto o homem agiria “com mais condescendência”. Isso se daria porque “a gente conhece caso de mulher que fala que é estuprada e na verdade ela queria dar pro cara e tá querendo fuder com ele. (...) O feminino já vai com quatro pedras, crucificando o cara e o masculino já pega um pouco mais leve justamente porque tem que analisar”. (JORNALISTA HOMEM 1).

Ou seja, está implícita a ideia de que, nesses casos, as repórteres agiriam motivadas por vingança, reforçando estereótipos de mulheres desequilibradas emocionalmente, enquanto que os homens estariam incumbidos de um julgamento mais preciso, já que a eles seria dada a faculdade da “análise”. Tais fatos reproduzem problemas das relações desiguais de gênero, invocando a mulher como detentora de uma

crueldade natural e com pouco discernimento racional em situações de pressão social, em contraponto à vitimização do homem (agressor) ou à sua capacidade de ser mais analítico e objetivo (no caso do repórter).

Se, por um lado, a “neutralidade” denotaria certa acuidade ou mesmo uma preservação dos agentes envolvidos nos casos, por outro, o cuidado não é problematizado na relação que o repórter estabelece com seus colegas jornalistas no ambiente da redação. Segundo o Jornalista Homem 5, é comum que repórteres retornem de suas pautas e comentem com colegas o ocorrido:

Ah, as pessoas ficam escandalizadas. De chegar aqui e falar “Nossa, o cara quebrou a mulher toda” ou “Nossa, machucou ela toda”. Sempre comenta. Quando a gente chega na redação a gente sempre comenta, a gente conta uma história ali. Parece uma catarse, ou uma coisa assim. No ambiente de redação você chega e já comenta, o cara que cobriu um atropelamento conta, eu que cheguei lá que tava fazendo matéria sobre Aleijadinho conto. Sabe? Todo mundo conta, depois vai pro computador e redige. É uma coisa engraçada, isso. Faz parte do nosso dia a dia. (JORNALISTA HOMEM 5)

E, mesmo situações de violência extrema, como o do feminicídio de Eliza Samudio, o Jornalista Homem 3 revela que piadas e brincadeiras eram frequentes no ambiente de redação e que esses deboches funcionariam como uma estratégia de autoproteção por parte de jornalistas:

Num tem jeito, entendeu? [o caso] Eliza Samudio e Bruno virou brincadeira o tempo todo... A gente fica frio e acho que é um mecanismo do ser humano pra gente tentar não cair demais, a gente vira essa situação em coisas engraçadas... isso é todo dia. Todo dia tem. Nós estamos numa situação em que o jornalista tem que ser assim se não se ferra. (JORNALISTA HOMEM3)

O assassinato de Eliza Samudio possui várias características similares a outros crimes de proximidade (ANTUNES, CARVALHO, LEAL, 2017; LEAL, 2016; CARVALHO, 2016), isto é, aqueles atos de violência praticados por pessoas em relações de confiança (em sua maioria, cometidos contra mulheres por companheiros, ex-companheiros, pais, parentes

ou vizinhos). Como podemos perceber a partir dos dados obtidos na pesquisa, esses casos, apesar de recorrentes nos noticiários, tendem a não ser tratados sob a ótica de crimes de gênero (nos quais a vítima é agredida ou morta por sua própria condição de mulher). E mesmo a cobertura do crime contra Eliza Samudio que, diferentemente de outros, gerou (e ainda gera) uma repercussão continuada, não conseguiu desenvolver, nas mídias analisadas, discussões consistentes sobre o feminicídio ou sobre a relação estrutural desse crime com outros casos de violência de gênero.

Assim, além da banalização das agressões, os relatos sobre esse crime também indicam o machismo institucional e estruturante nas redações. Na fala do Jornalista Homem 2, por exemplo, Eliza Samudio não é identificada como vítima de feminicídio pois, segundo ele, o caso se caracterizaria como uma notícia “mais ampla”, e não como um caso “exemplar” de violência contra a mulher, apesar da barbárie do assassinato:

A gente cobriu muito o caso Eliza Samudio, em função de todo os desdobramentos, todo aquele histórico. O caso Eliza Samudio é um caso muito mais amplo que, apenas, a violência contra a mulher. Embora, tenha um componente grave, que foi a violência extrema que foi cometido contra ela. Mas o caso dela não foi um caso meramente, não vou dizer meramente porque parece que você está menosprezando. Ele não é um caso exemplar de violência contra mulher. (...) Então, eu não considero o caso Eliza Samudio um caso exemplar de violência contra a mulher. Foi um crime, um crime bárbaro de violência contra uma mulher, mas não acho que seja um caso exemplar de violência, pelo que a gente entende como tipo de violência que a mulher sofre no dia-a-dia em casa com companheiros, ex-companheiros. É muito diferente. (JORNALISTA HOMEM 2)

Em relação à posição das vítimas de violência, destaca-se a fala da Jornalista Mulher 1, que afirma ser muito difícil conseguir uma mulher agredida que queira falar, uma vez que têm medo de ser identificadas e perseguidas por seus agressores. Essa mesma jornalista, como apontam Lopes e Prata, é a única jornalista a mencionar a palavra ‘machismo’ nas conversas: a repórter “admite ter presenciado a violência de gênero

em casa durante sua infância e a experiência parece dar contornos aos seus argumentos que evidenciam o machismo” (2017, p. 11). Por isso, não é leviano destacar o cuidado que ela admite ter em não revelar a identidade da vítima nos relatos que constrói, conforme o depoimento a seguir:

Até pra ter abertura e a liberdade de escrever o que for necessário, pra assustar mesmo, sabe. É, pra mostrar, olha, ela sofreu isso, sofreu aquilo, ela teve que sair da cidade, ela tá escondida numa casa que não se pode dizer onde é. (JORNALISTA MULHER 1)

No que diz respeito às brincadeiras no ambiente de trabalho, a Jornalista Mulher 1, demonstrando constrangimento, também revela aspectos da culpabilização das vítimas feitas por colegas na redação: “tô evitando de falar isso procês, mas eu já ouvi falar aqui dentro assim, ‘ah, a mulher também pediu, aposto que ela tava traindo o cara’, sabe? Eu ainda ouço isso, gente. Entendeu? E eu fico horrorizada” (JORNALISTA MULHER 1).

Outra questão relevante para a noticiabilidade dos acontecimentos é o recorte social, fortemente marcado na fala de jornalistas, como no exemplo do Jornalista Homem 4, que afirma: “Em todo lugar é assim, se a pessoa mora na favela a notícia dá menos repercussão, mas se a pessoa mora na Savassi¹⁹, sendo ela mulher, negro, índio, homossexual, é... essa notícia vai ter mais repercussão” (JORNALISTA HOMEM 4). A percepção é compartilhada por outros jornalistas, como o Jornalista Homem 1, quando diz: “[...] onde há pobreza... Onde tem mais pobreza tem mais violência. [...] Então quando você vai em locais mais afastados, mais de periferia mesmo, é... a violência é mais intensificada” (JORNALISTA HOMEM 1).

Nesta lógica, violências ocorridas em regiões mais pobres da cidade ou com pessoas em situação de vulnerabilidade parecem ser menos noticiáveis por serem, na visão de jornalistas, “mais comuns”. Isto impõe questionamentos a uma suposta neutralidade dos chamados critérios

19 A Savassi é um bairro de classe média alta na região centro-sul de Belo Horizonte.

de noticiabilidade ou valor-notícia (WOLF, 1987; SILVA, 2005), que se mostram insuficientes, ou mesmo insustentáveis, para justificar o tempo e espaço dedicados aos crimes de gênero. Desse modo, em relação às vítimas que estariam em melhor situação socioeconômica, como nos crimes que ocorrem em regiões nobres da cidade, a percepção é de que as mulheres agredidas preferem evitar a exposição na mídia:

É uma dificuldade tremenda conseguir gravar com esse povo, porque não sei o que passa na cabeça deles, mas acho que principalmente a questão de não querer se expor, porque no fim das contas pra eles é uma vergonha, e até que não deixa de ser também uma vergonha. (JORNALISTA HOMEM 1)

O mesmo jornalista sugere que há diferenciação quando o caso relatado é um crime violento e, principalmente, quando a história apurada se trata de um crime de proximidade:

E a violência contra a mulher, especialmente, quando se fala de passional, ou abuso sexual, porque quando o estupro, é dentro de casa que acontece, é quem tá próximo da criança, é quem tá próximo do idosos. Estupro de vulnerável que eu falo. Ou até da própria mulher e tal. Essas coisas que envolvem pessoas próximas umas às outras elas naturalmente trazem mais impacto que um reles tráfico de droga. (JORNALISTA HOMEM 1)

Um uso instrumental do que seriam critérios de noticiabilidade também se impõe em falas que sugerem frieza e distanciamento dos jornalistas nos casos de violência de gênero, pelo fato de que tais matérias podem resultar em boas vendas ou render muitos cliques na internet. Novamente aqui, valorações positivas se remetem à possibilidade de repercussão da notícia, sem uma reflexão mais ampla sobre a violência narrada:

[...] você pode tá indo fazer um caso excelente, [...] excelente que eu falo vocês entendam como uma notícia que vai render leitura, tá? [...] você pode tá indo pra um caso excelente, que foi uma mulher morta pelo marido na frente da filha de cinco anos. (JORNALISTA MULHER 2)

De maneira geral, observa-se que jornalistas tendem a depositar no jornalismo, como instituição, a responsabilidade pelos recortes e vieses das narrativas de violência de gênero. Percebe-se também que a própria repetição insistente desses casos não tem representado, na rotina produtiva de tais profissionais, a compreensão de que esses crimes estão relacionados à condição de mulher das vítimas de violência.

Por outro lado, as entrevistas apresentam várias contradições a respeito da cobertura desses crimes, que vão desde cuidados para uma auto-preservação da sensibilidade de jornalistas, passando pela responsabilidade de não acusar sem provas (o que, como vimos, pode corresponder a um processo de suspeição das vítimas e de relativização dos agressores, em uma inversão de papéis que acaba vitimizando os homens violentos e julgando mulheres como responsáveis pelas agressões) até distintas abordagens em decorrência do recorte socioeconômico das pessoas envolvidas no acontecimento (encarados como um dado, esses critérios para a noticiabilidade/não noticiabilidade não são vistos como problemáticos ou postos em debate pelos entrevistados).

Percepções da Lei Maria da Penha

No roteiro das entrevistas, havia a sugestão de perguntas relacionadas à Lei Maria da Penha²⁰, que poderiam versar sobre se e como a Lei altera ou interfere na construção das narrativas jornalísticas em casos de violência contra a mulher ou se jornalistas percebem aumento nas denúncias em função desse instrumento legal, dentre outras variáveis. A intenção era identificar se há clareza, por parte de jornalistas, sobre o que exatamente a legislação propõe, e como são seus mecanismos de operação para coibir atos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Os comentários sobre a legislação partem de generalizações, como no depoimento da Jornalista Mulher 2, que afirma que passou a “falar mais” sobre a Lei Maria da Penha, e atribui a postura ao fato de trabalhar em uma redação “jovem”, na qual a maioria dos profissionais tem menos de 28 anos. Segundo ela, esse perfil de profissionais estaria “mais ligado” a questões como violência de gênero:

20 Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 19 jul 2018.

[...] algumas vezes a gente coloca um box pequeno, né? Alguma coisa assim, a gente sempre questiona quando tem mulher, a delegada ou o delegado se, se o agressor vai continuar preso, se a vítima representou, se mesmo assim neh, se não tiver representação dela, ele vai continuar preso, é... [...] Então a gente tá muito ligado nessa questão da Lei Maria da Penha, da questão dos homossexuais, muito muito ligados, a gente fica puto quando acontece, então eu acho que isso influencia muito no texto, influencia muito nas perguntas, entendeu? (JORNALISTA MULHER 2)

Pode-se identificar também certa preocupação em informar e educar o público, como na fala da Jornalista Mulher 1, que acredita que a Lei Maria da Penha passou a “conscientizar mais as pessoas”:

Olha, eu acho que a gente passou a falar um pouco mais do assunto. Talvez passou a conscientizar mais as pessoas e até, é, a explicar mais o que se trata, é, mas sinceramente... O efeito prático, assim, é, tem até umas mudanças que tá sendo discutidas, de, que é o seguinte: se você, o que que adianta você, quem precisa saber não são as vítimas, quem precisa saber da Lei Maria da Penha, mas o agressor, entendeu? Ele é que precisa sentir medo de ser enquadrado na lei, né. (JORNALISTA MULHER 1)

Por outro lado, há quem diga que a lei não alterou a rotina da reportagem, mas que o tema se torna uma pauta a partir do momento em que a legislação é desrespeitada, como na fala do Jornalista Homem 1:

Não, na forma da cobertura não. A Lei Maria da Penha é aplicada pra... como punição. Ou como proteção de quem tá sendo envolvido como vítima. Pra gente não. A gente vai conversar com a vítima, e a gente vai conversar com o agressor, então, no caso do repórter, a Lei Maria da Penha não traz tanta diferença. Agora, se ela não é respeitada, aí vale o questionamento. Se ela não é aplicada, na reportagem vale o questionamento. (JORNALISTA HOMEM 1)

A ineficiência da lei é tomada como gancho para que o tema se torne uma pauta em si mesma, separada dos relatos cotidianos de violência contra a mulher. Conforme conta o Jornalista Homem 2, a partir da

identificação do não cumprimento da lei, “o objetivo que a gente tem ao mostrar isso é discutir, bom, a lei existe, é boa, mas porque que ela não surtiu efeito que deveria?”. Ele segue detalhando os recortes dessa nova pauta:

E aí você parte pra uma situação mais ampla, de discussão mesmo do assunto. Aí sim. Discutir... é... as medidas protetivas, se são efetivas ou não... se os órgão de segurança atuam como deveriam... se o atendimento da Delegacia da Mulher funciona como deveria... se a Lei Maria da Penha... ou... ou a legislação que protege a mulher de um modo geral... ela tá sendo realmente eficaz... se tá surtindo resultados... que que pode ser feito para melhorar... esse tipo de coisa. (JORNALISTA HOMEM 2)

Por fim, a fala do Jornalista Homem 3 reforça que há desconhecimento sobre o que é a Lei Maria da Penha e sobre o que ela propõe mas, além disso, reforça, mais uma vez, o forte viés de culpabilização da mulher e a ausência de uma reflexão autocrítica sobre o papel dos homens na manutenção de uma estrutura machista e violenta, principalmente em sua atuação como jornalistas que lidam com a violência de gênero no cotidiano profissional:

Olha, eu sou muito a favor da Lei Maria da Penha, muito, muito muito muito, eu sou um pouco feminista (risos), por que eu falo o seguinte. na verdade não é bem um feminista não, eu tenho um, tenho um... um... pensamento um pouco diferente, acho que antes da gente mudar a lei, a gente já mudou a lei, beleza, tem a Maria da Penha, criou a Lei Maria da Penha, tá bacana, tem uma proteção, a gente precisa urgentemente a mentalidade da mulher, por que a mulher ainda está se rebaixando muitas vezes, foi o caso que eu contei agora há pouco, é... tanto tempo sendo agredida e num, num vai, então quando a mulher perceber a força que tem, ela vai dominar. por que ela vai perceber que ela não precisa ter medo, entendeu? (JORNALISTA HOMEM 3)

Ao indicar que se considera ‘um pouco feminista’ e, logo depois, defender que mais do que mudar a Lei, é preciso mudar a mentalidade da mulher (sem assumir qualquer tipo de culpa ou de necessidade de

modificação do masculino), o jornalista deixa transparecer a contradição de sua percepção sobre o feminismo, reforça o sexismo que sugere que a mulher tem uma força inerente a seu gênero, e ignora que o medo é fruto do machismo estrutural da sociedade. Tais traços, identificados nesta e em outras entrevistas, em maior ou menor grau, são aspectos conformadores dos textos e dos modos de ver e narrar a violência que circundam as redações, e não podem ser ignorados nas análises sobre o tema.

Conclusões

A partir da análise transversal das entrevistas é possível concluir que jornalistas atribuem à instituição jornalismo e a valores como objetividade, imparcialidade e noticiabilidade, a responsabilidade sobre os modos de prospecção, apuração e escrita de matérias que abordam violência de gênero. Há, nesse sentido, a indicação de forte componente cultural profissional nas mídias informativas que perpassa a construção das percepções de jornalistas, homens e mulheres. Entretanto, estes discursos são marcados pela contradição e pela fragilidade no enfrentamento ao machismo, o que repercute diretamente na maneira como a violência de gênero é coberta e, preponderantemente, não debatida. O modo como jornalistas encaram o que é “notícia boa” pode ser relacionado à percepção rasa que têm das questões de gênero, que surgem sem maiores problematizações.

A formulação de “crime passionai” ainda persiste como chave de leitura para acontecimentos em que homens agredem e/ou matam mulheres e, nas entrevistas, não encontramos evidências de que a violência contra a mulher seja vista como um problema público estruturante. Ao contrário, apesar da recorrência quase diária, os crimes tendem a ser tomados como fatos isolados, de ordem privada, sem ligações sociais mais amplas. Há, ainda, o problema na prospecção desses acontecimentos a cargo quase exclusivo da Polícia Militar.

Nas entrevistas, a cobertura desses casos surge padronizada por uma cultura profissional unificadora. Parece haver pouca reflexão sobre o modo de fazer consolidado, o que acaba por derivar em contradições no que diz respeito, por exemplo, à hierarquização dos acontecimentos por

classe social e uma suposta neutralidade dos critérios de noticiabilidade. Ressalta-se, ainda, certa “solidão” de profissionais no enfrentamento de dilemas éticos, como na abordagem às vítimas de violência ou a agressores. As respostas apontam sempre para estratégias individuais, pouco coletivizadas, e o tema não parece ser amplamente discutido, muito em função de rotinas padronizadas, aceleradas e extenuantes das redações.

Outro aspecto que chama atenção em muitas entrevistas é o distanciamento na cobertura de crimes violentos como ferramenta de autodefesa da prática jornalística. Esse distanciamento serve tanto para uma retórica de “imparcialidade” quanto para uma preocupação em relação a um cuidado de si. Por outro lado, ao mesmo tempo que dizem se distanciar, suas falas indicam que estão, a todo momento, fazendo julgamentos e hierarquizando vítimas e agressores em função de seus papéis de gênero, suas características sociais e econômicas, por exemplo.

Desse modo, os discursos de jornalistas não deixam de ser indicativos que, na prática, há uma distância que desumaniza as personagens. É possível afirmar que o suposto afastamento profissional na relação jornalista-fonte e a justiça pretendida na intenção de “dar voz aos dois lados” acabam por colocar a vítima e o agressor em papéis de equivalência presumida na construção das histórias. Também jornalistas homens e mulheres envolvidos na construção dessas narrativas são afetados por esse processo, seja porque não percebem ou preferem não assumir as incoerências dos discursos que sustentam, tanto nas entrevistas, quanto nos produtos jornalísticos que desenvolvem.

Podemos concluir que há um entendimento raso por parte de jornalistas homens e mulheres sobre relações de gênero e de violência contra a mulher, percebido, por exemplo, em um conhecimento muito superficial em relação a instrumentos legais, como a Lei Maria da Penha. Tendo isso em vista, é notório que jornalistas, apesar de, a todo tempo, invocarem a importância social da sua profissão, não se veem atravessados pelas problemáticas de gênero e nem como agentes implicadas e implicados nessas violências.

Referências

CARVALHO, Carlos Alberto de. Crimes de proximidade em coberturas jornalísticas: de que mortes tratamos?. In: M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes. (Org.). **Figurações da morte nos mídia e na cultura**: entre o estranho e o familiar. 1ed.Braga: Cecs, 2016, v. 1, p. 33-48.

LEAL, B. S. Crimes de proximidade e modos de aproximação: fronteiras narrativas. In: MARTINS, Moises; CORREIA, Maria; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo. (Org.). **Figurações da morte nos mídia e na cultura**: entre o estranho e o familiar. 1ed.Braga: Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, 2016, v. 1, p. 19-32.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A.; ANTUNES, Elton . La violencia de género y los crímenes de proximidad como acontecimiento público: contradicciones en la escena mediática brasileña. In: Miguel Álvarez-Peralta; Guillermo Fernández; Lella Mazzoli. (Org.). **La mediación fragmentaria**: Mediatización y controversia en la nueva esfera pública. 1ed.Madrid: Cuadernos Artesanos de Comunicación, 2017, v. 1, p. 269-284.

LOPES, D.; GALVÃO, P. O que os jornalistas têm a dizer sobre a cobertura da violência de gênero? Análise das falas de profissionais sobre a produção de notícias de crimes contra as vidas das mulheres em Minas Gerais. In: **Anais do VII SBPJor**, São Paulo. 2017.

JÁCOME, P; LEAL, B. S. Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo. **Rumores** (USP), v. 7, p. 45-61, 2013. SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), Florianópolis - SC, v. 2, n.1, p. 95-107, 2005.

VEIGA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

WHITE, H. **El contenido de la forma**. Narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona, Paidós, 1992.

ZELIZER, B. “Os jornalistas como comunidade interpretativa”. Traquina, N. (org.) *Jornalismo 2000*. **Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n.27, fevereiro de 2000, p.50-65